

DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UMA PRÁTICA DESAFIADORA

Amanda Riedel¹, Ana Carolina Vicari¹, Lucas A. Schwarz¹, Marina Invernizzi¹,
Daiani Clesnei da Rosa²

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre a docência no ensino superior, a partir de uma experiência de prática pedagógica significativa. A docência no ensino superior se encontra em expansão, exigindo uma percepção mais apurada nas metodologias utilizadas pelos professores ao desenvolverem suas práticas pedagógicas. Esta experiência foi realizada numa disciplina localizada nos cursos de graduação das licenciaturas, no Centro Universitário UNIVATES, localizada na cidade de Lajeado/RS.

Palavras-chaves: Docência no Ensino Superior. Legislação Educacional. Prática Pedagógica.

A prática pedagógica desenvolvida no ensino superior apresenta vários desafios ao docente que atua nesse nível. Considerando que, para Masetto (2003, p. 19), a mudança mais significativa está na ruptura com o a visão meramente de “transmissão de informações e experiências” para a preocupação com o “desenvolvimento da aprendizagem dos alunos”. Essa mudança busca desencadear uma visão contemporânea sobre o processo de ensino.

Nesse sentido, Delors (2000) apresenta no *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o séc. XXI* a preocupação com as mudanças sociais e a necessidade de rever a importância do papel das universidades nas transformações sociais. Para Delors (2000, p. 140) “num mundo em que os recursos cognitivos, enquanto fatores de desenvolvimento tornam-se cada vez mais importantes do que os recursos materiais a importância do ensino superior e das suas instituições será cada vez maior”.

Considerando essa importância, as instituições de ensino superior precisam rever a qualidade do ensino por elas desenvolvido e a qualidade da formação pedagógica dos docentes. Segundo Pimenta e Anastasiou (2002, p. 36) “há certo consenso de que a docência no ensino superior não requer formação no campo do ensinar. Para ela seria suficiente o domínio de conhecimentos específicos, pois o que a identifica é a pesquisa e/ou o exercício profissional no campo”.

Nesse sentido, a necessidade de rever a prática pedagógica desenvolvida nas IES entra em pauta nas discussões das reuniões de conselhos de cursos, visando refletir sobre a qualidade do ensino e buscando mudanças nas metodologias. Rosa (2009, p. 42) destaca que:

[...] para que essas mudanças se efetivem, é importante o desenvolvimento de políticas de melhoria da qualificação profissional docente, tanto para reverter o preparo docente tradicional inicial, fragmentado, como para desenvolver atividades docentes apropriadas às necessidades da sociedade

1 Estudantes na Disciplina de Organização Brasileira e Políticas Educacionais, no semestre 2011/A do Centro Universitário UNIVATES, Lajeado – RS.

2 Doutorando pela UNIVATES, Mestre em Educação pela UNISINOS e Professora da disciplina de Organização da Educação Brasileira e Políticas Educacionais no Centro Universitário UNIVATES, Lajeado – RS.

contemporânea, o que requer a revisão dos modelos e da função do docente para atuar de forma transformadora e comprometida.

Sendo assim a competência didático-pedagógica, cuja área de abrangência destaca o *saber docente*³, deixa de ser um espaço exclusivo das licenciaturas como um todo e aparece como atual preocupação na compreensão do processo de ensino e de aprendizagem no ensino superior. Vemos essa preocupação como um dos aspectos considerados pela Unesco⁴ e destacados por Masetto (2003, p. 16): “novo paradigma de educação superior que tenha seu interesse centrado no estudante; novos métodos pedagógicos precisam estar associados a novos métodos avaliativos; criar novos ambientes de aprendizagem.”

Considerando as necessidades atuais de inserir mudanças expressivas nas práticas pedagógicas no ensino superior, descrevo minha experiência didática como exemplo de possibilidade de um processo de aprendizagem significativa e envolvente.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DESENVOLVIDA

A disciplina de Organização da Educação Brasileira e Políticas Educacionais⁵ está locada no curso de Pedagogia, porém é uma disciplina obrigatória que compõe a matriz curricular de todos os cursos de licenciatura do Centro Universitário UNIVATES. Esta disciplina trata da apresentação e discussão inicial sobre a legislação educacional brasileira, a partir da seguinte ementa:

O estudo da legislação educacional (LDB 9394/96), proporcionando uma análise crítica da estrutura da escola brasileira, especificamente da Educação Básica, as políticas públicas atuais e normas dos sistemas de ensino. A formação do profissional da educação e seu compromisso sócio-político-educacional (PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA DE OEBPE).

Além da LDB no. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20/12/1996) a disciplina estuda os aspectos da história da educação escolar; a educação nas Constituições: Federal do Brasil e Estadual (RS); o sistema escolar brasileiro e o contexto atual da Educação, tendo como objetivos principais:

[...] reconhecer a legislação educacional vigente; Discutir a realidade educacional brasileira, tomando por base as políticas educacionais propostas pela atual LDB; Analisar a organização curricular, administrativa, pedagógica e disciplinar da escola; Refletir sobre o papel do profissional da educação na transformação da educação brasileira; Associar o teórico ao prático no desenvolvimento do processo educacional a ser vivenciado com e pelos alunos (PROGRAMA DA DISCIPLINA DE OEBPE).

A disciplina inicia abordando a evolução histórica da educação utilizando a linha do tempo baseada no texto de Saviani (2000, p. 1), onde ele afirma que: “a tarefa de [...] estabelecer metas e parâmetros de organização da educação a serem seguidos pela totalidade de uma nação determinada, implica compreender como a educação se constituiu e se desenvolveu historicamente”.

Os aspectos históricos apresentados em aula desencadearam uma postura de escuta atenta por parte dos estudantes, pois a forma de apresentação dessa linha do tempo reporta os alunos a

3 Tardiff, Maurice. “Esses saberes são os saberes disciplinares, curriculares, profissionais (incluindo os das ciências da educação e da pedagogia) e experiências”(2002, p. 33).

4 Delors, Jacques.

5 Anteriormente era denominada Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus.

recordarem situações de relatos dos pais ou avós sobre a sua “época de escola⁶”, motivando-os a participarem ativamente da aula.

Quando são abordados os capítulos da educação, apresentados na Constituição Federal Brasileira de 1988 e a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul de 1989, os estudantes demonstram total falta de conhecimento sobre estes documentos, sendo que, muitas vezes, questionam a função da escola em relação ao seu papel de desenvolver um *cidadão crítico e consciente, preparado para atuar no seu contexto social*⁷.

Nesse sentido, a aula torna-se polêmica e altamente participativa, pois a indignação dos alunos sobre os itens abordados nos artigos dessas duas Constituições provoca acirradas discussões. São muitos os questionamentos que surgem sobre a descrição dos direitos e deveres do cidadão brasileiro em relação a educação.

Após estas discussões, é lançada a proposta de estudo da LDBEN no. 9.394/96, através de trabalho em grupos, para o qual é disponibilizado o tempo de, no mínimo duas aulas para se reunirem, considerando que os estudantes apresentam dificuldades para se organizarem fora do horário da aula. Esta experiência traz resultados significativos para o desenvolvimento de diversas competências, sendo que o foco está no aprimoramento do *trabalho em equipe*⁸.

RELATO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Quando os estudantes iniciam a disciplina, não imaginam a importância ou a função de estudar a legislação educacional e, em alguns momentos, manifestam a insignificância de trabalhar com essa temática, pois o importante mesmo está em aprender o que poderá ser utilizado em sua prática pedagógica, como sugestões de atividades práticas. A partir dessa situação introdutória é lançado aos estudantes o desafio de apresentarem partes específicas da LDBEN no. 9.394/96, sob forma de trabalho em grupos, utilizando para isso a criatividade.

Cada grupo deve organizar sua apresentação pautada em três momentos distintos: o primeiro momento do trabalho deve constar uma atividade inicial em que o foco seja a introdução do assunto ou a integração do grupo, o segundo momento envolvendo a apresentação propriamente dita da parte da legislação que coube ao grupo e o terceiro momento deve conter uma atividade de fechamento, cujo foco pode ser as considerações finais sobre o conteúdo ou uma atividade de integração. Essa proposta deve ser apresentada no tempo de 45 minutos e a turma toda avalia cada grupo.

Para a turma avaliar cada grupo são discutidos e elencados diversos critérios de avaliação, sendo escolhidos os que serão utilizados. No caso deste trabalho foram escolhidos os seguintes critérios: postura, clareza, recursos utilizados e organização do grupo. Esses critérios são distribuídos aos alunos como uma ficha de acompanhamento para cada grupo.

Os alunos desse semestre me surpreenderam positivamente, pois apresentaram, desde o primeiro momento, uma postura participativa e de abertura para realizar as propostas encaminhadas em aula. Essa postura do aluno motiva o professor a desenvolver aulas interessantes e dinâmicas. Porém essa postura dos alunos deve ser também motivada pela proposta de ensino do docente. Segundo Rossini (2003, p. 43) “sabemos que o ser humano é dotado de inteligência. Pela inteligência

6 Destaque da autora.

7 Destaque da autora.

8 Destaque da autora.

distinguimos tudo que nos cerca, realizamos todas as operações intelectuais da vida racional. Mas são os motivos que nos fazem caminhar, vencer os obstáculos, realizar.”

O trabalho que quero apresentar surgiu como proposta de discussão sobre os artigos: 68 a 77 da LDBEN n. 9394/96, distribuído ao grupo composto dos seguintes alunos: Amanda Riedel (acadêmica do curso de Ciências Exatas), Ana Carolina Vicari (acadêmica do curso de Ciências Exatas), Lucas A. Swarcz (acadêmico do curso de Educação Física) e Marina Invernizzi (acadêmica do curso de História). Nessa proposta de trabalho, um dos objetivos é desenvolvê-la a partir da organização de grupos utilizando vários cursos de licenciatura, preferencialmente não repetir cursos.

O trabalho apresentado pelo grupo foi um jogo de tabuleiro criado e organizado baseado no jogo *Banco Imobiliário* – original da Estrela. O grupo intitulou seu jogo de **Administração Financeira**, onde consta um tabuleiro e cartas separadas por *revés* e *sorte* e o *dinheiro*. Todas as regras, etapas que constam no tabuleiro e nas cartas de sorte e revés foram criadas pelo grupo.

FIGURA 01 - Foto do tabuleiro.

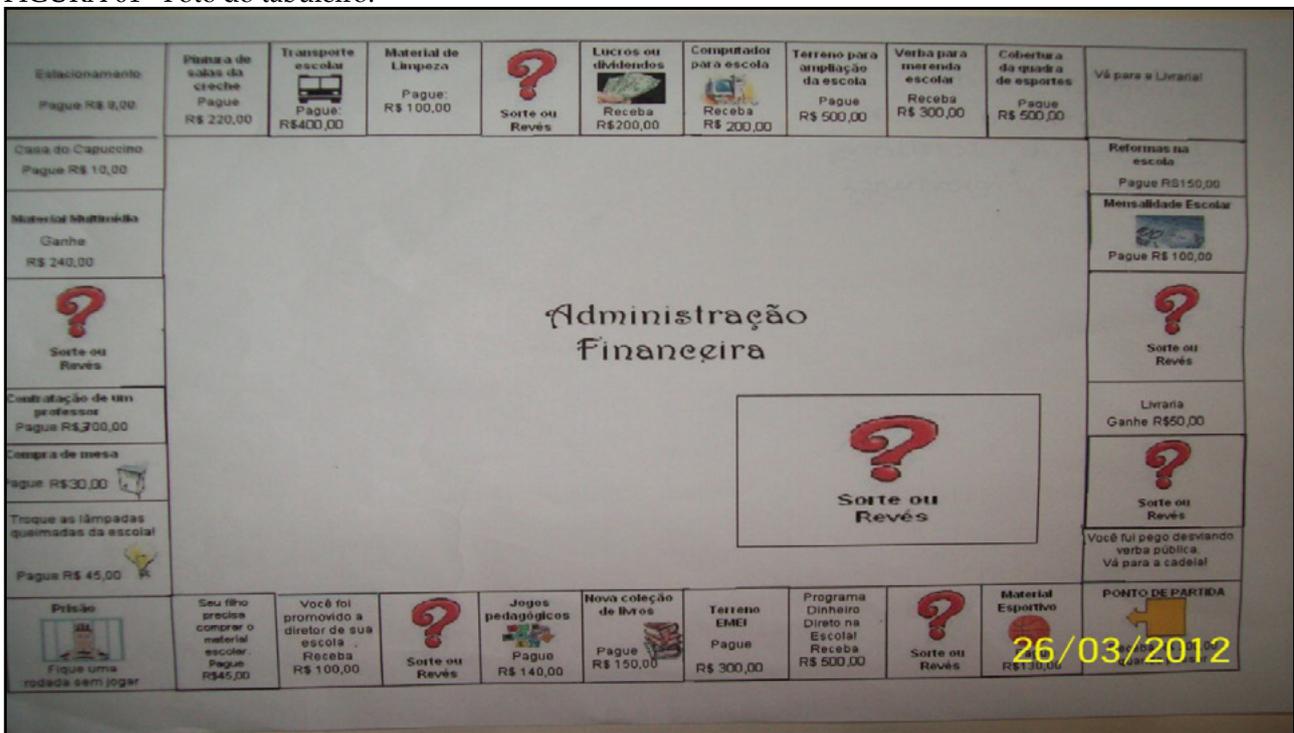


FIGURA 02 - Foto tirada das cartas Sorte e Revés.

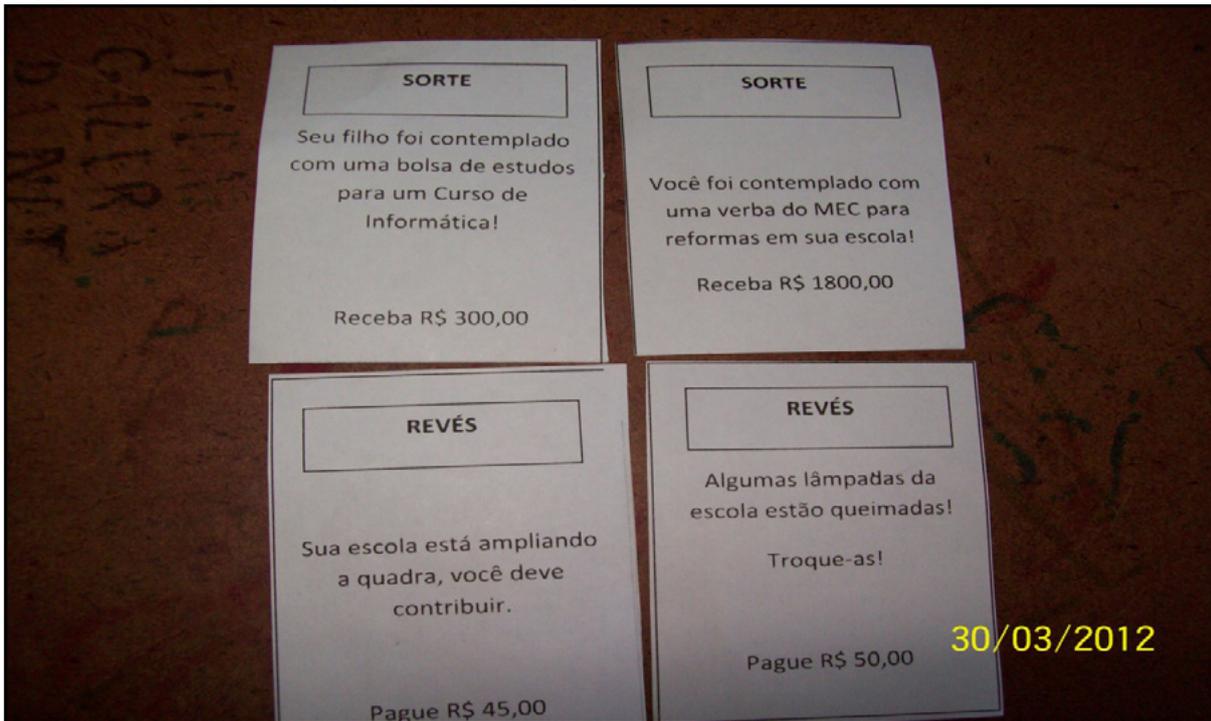
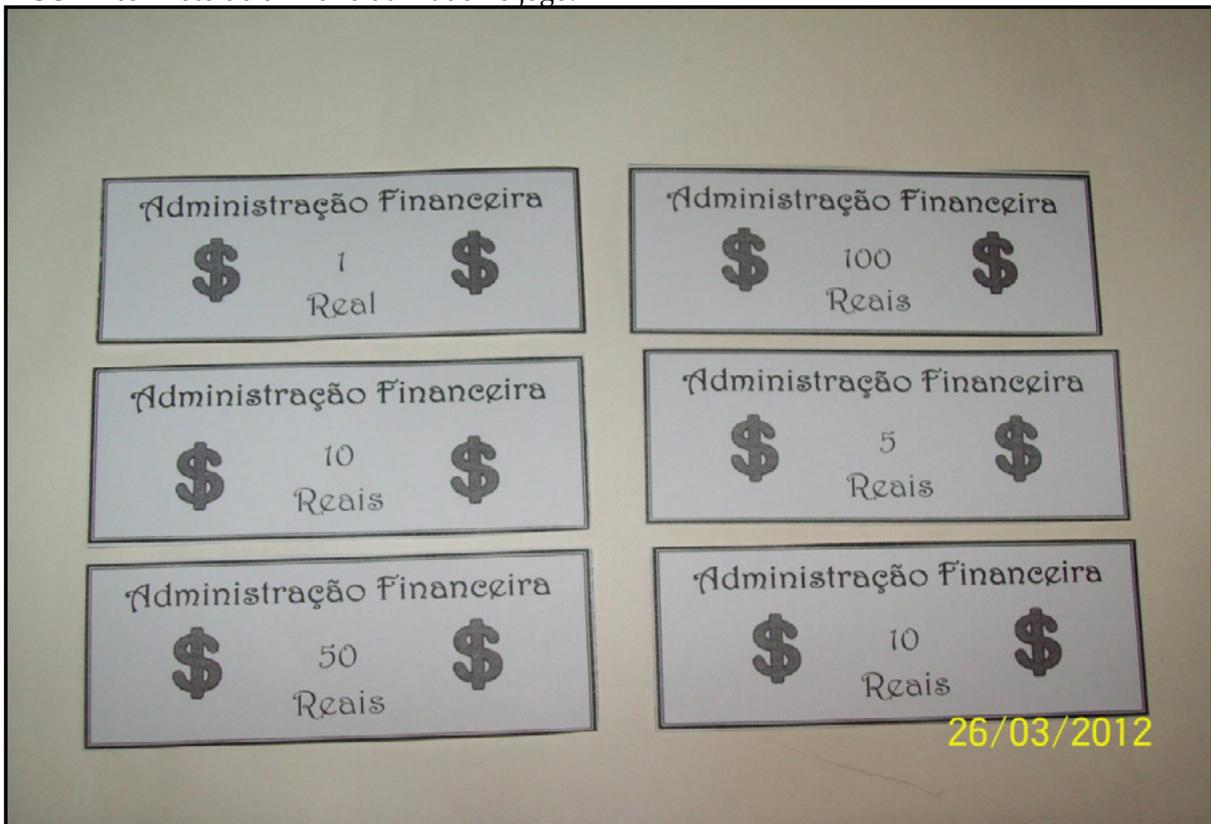


FIGURA 03 - Foto do dinheiro utilizado no jogo.



O grupo dividiu a turma em grupos com no máximo 5 componentes, sendo que cada grupo recebeu um tabuleiro completo para realizar uma partida do jogo (tempo pré-determinado pelo grupo que conduziu a atividade). Durante a realização do jogo foi possível perceber o envolvimento da turma e o divertimento proporcionado. Após a realização da partida, o grupo realizou a apresentação do conteúdo dos artigos de 68 a 77, debatendo com o grupo sobre a forma de condução dos recursos financeiros abordados na LDBEN n. 9394/96.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atividade desenvolvida em sala de aula, a partir do desafio de realizar uma apresentação em grupos com duração de 45 minutos, distribuídos em três momentos distintos. A turma demonstrou abertura e aceitou o desafio trazendo propostas interessantes e criativas.

Nessa experiência de prática pedagógica no ensino superior foi possível perceber a necessidade de desenvolver, na sala de aula, o que Freire (2010, p. 85) descreve como “o bom clima pedagógico-democrático [...] em que o educando vai aprendendo à custa de sua prática...”. Prática que o educando vivencia na forma de simulação, de estar perante uma turma, tendo a responsabilidade de realizar um planejamento, colocando-o em ação. Essa atividade permite o exercício da “ação-reflexão-ação”, tanto por parte dos alunos, que realizaram a atividade, como de minha parte, ao propor uma atividade que possibilitou o exercício da criatividade e da autonomia.

Para falar de autonomia me aproprio das palavras de Freire (2010, p. 59) quando ele diz que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético”, que deve ser respeitado pelo docente no desenvolvimento de sua prática pedagógica, envolvendo o aluno na tomada de decisão, tornando-o sujeito ativo.

O exercício da docência, no ensino superior, me mostrou que quando temos consciência da responsabilidade em desenvolver uma prática pedagógica crítica e reflexiva, centrada no sujeito do processo de aprendizagem, nos surpreende com as respostas. Percebi também que, uma proposta de ensino que apresente desafios instigantes pode desencadear uma mobilização de ideias criativas e proporciona o desenvolvimento de habilidades e vivências necessárias ao egresso dos cursos de licenciatura.

REFERÊNCIAS

DELORS, Jacque (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MASETTO, Marcos T. **Competência Pedagógica do Professor Universitário**. São Paulo: Summus, 2004.

PIMENTA, Selma G.; ANASTASIOU, Léa das G. C. **Docência no Ensino Superior**. v. 1. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSA, Daiani C. Formação Docente e a Educação Ambiental: Desafios Atuais. IN: MAZZARINO, Jane (org.). Educação, meio ambiente e comunicação: reflexões, investigação e propostas. **Caderno Pedagógico**, v. 6, n. 1, Lajeado: UNIVATES, 2009.

9 Segundo Freire (2010, p.39), “crítica sobre a prática”.

SAVIANI, Dermeval. **A nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas.** Campinas: Autores Associados, 2000.

TARDIFF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.